

ANTÔNIO LISBOA

## Escolas precisam de democracia real

No início deste ano, o GDF organizou nas escolas uma campanha de eleição de conselhos escolares sob o argumento de que estaria implantando a gestão democrática nas escolas públicas. Analisando a proposta de "gestão democrática" do governo, a categoria dos professores decidiu, em assembleia geral, não participar do processo e ainda alertar a população sobre o engodo que lhe seria imposto em nome da democracia.

Na "gestão democrática" defendida nesta coluna pela professora Eurides Brito no último dia 3 de maio, o governador continua indicando o diretor da escola, sem nenhuma consulta à população. E, o que é pior, o conselho eleito por pais, alunos, professores e auxiliares da educação não possui nenhum poder deliberativo, cabendo a este apenas o papel de "fiscalizar e apoiar" a direção da escola. Ora, fiscalizar a gestão do patrimônio público é um direito de qualquer cidadão que paga impostos; quanto a apoiar, como é que a comunidade vai apoiar uma direção que não escolheu? Este, portanto, é o conselho do sim e do sim, senhor!

Se é verdade que o governo Roriz "define prioridades depois de ouvir o povo" por que então cassou o direito da comunidade de eleger os diretores de escolas após duas experiências com eleições diretas — em 1985 e 1988 — se uma pesquisa encomendada pelo Sinpro ao instituto Datafolha demonstrou que 86% dos entrevistados queriam a eleição para diretor?

Os professores defendem, sim, a eleição para diretores de escolas e conselho escolar. Mas o conselho que defendemos teria poder deliberativo, inclusive para destituir o diretor eleito caso esse não atenda aos anseios da comunidade escolar. O projeto que defendemos é

idêntico ao existente, por exemplo, em Minas Gerais, que levou aquele estado a ganhar recentemente um prêmio do Unicef pelo esforço de melhoria da educação. Esse projeto é dividido em duas etapas: na primeira, os interessados ao cargo prestam concurso para a avaliação da capacidade técnico-pedagógica e, caso aprovados, participam do processo eleitoral numa segunda etapa.

Defendemos a eleição de diretores porque defendemos a escola pública. Se a escola é pública, cabe à comunidade diretamente envolvida dirigi-la e ao Estado dar as condições para que ela preste um bom serviço. A escola não pode ser tratada como uma simples repartição pública, porque nela se produz conhecimento e preparam-se crianças e jovens para o exercício da cidadania plena. É falso, enganoso, dizer que com "a gestão democrática" do governo há que se combinar democracia participativa com democracia representativa.

A eleição direta para diretor está intimamente ligada à melhoria da qualidade de ensino. Pesquisa do próprio Ministério da Educação — disponível no Sinpro — aponta que o rendimento escolar é substancialmente maior nas localidades onde os diretores são escolhidos pela comunidade.

Por fim, cabe esclarecer que o vídeo exibido pelo sindicato não teve o objetivo de atingir diretamente a ninguém e sim alertar a população sobre a farsa que lhe estava sendo imposta pelo GDF, em nome da democracia. Um alerta que surtiu efeito, porque nas escolas públicas não houve quorum para a eleição do referido conselho, o que comprova que a comunidade não o considera legítimo.

Aos atuais diretores de escolas, mesmo sendo professores sindicalizados, cabe assumirem o ônus de terem descumprido deliberação da categoria, ao aceitarem tais cargos por indicação do governador.

■ Antônio Lisboa é diretor do Sinpro

"O governador continua indicando o diretor da escola, sem nenhuma consulta à população"